

DO ENSINO PRESENCIAL AO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA USANDO AS TICs NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS FINAIS DA EJA, NO ANO DE 2021, EM CONDE-PB

Jailton dos Santos Silva¹
Fernanda Diniz Ferreira²

RESUMO

Os anos de 2020 e 2021 fez com que a forma de ensinar e aprender passasse por grandes adaptações, dadas às circunstâncias da suspensão das aulas presenciais nas escolas de todo o país, devido à pandemia da Covid-19, que forçou os sistemas de ensino a adotar o ensino remoto. Nesse sentido, o presente artigo consiste em apresentar as experiências no ensino remoto de língua portuguesa, usando as TICs, no processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos do Município de Conde, em 2021. Para elaboração deste trabalho foram realizados estudos de revisão bibliográfica acerca da utilização das TICs no ensino, bem como estudos sobre as concepções e práticas de professores frente ao ensino remoto, nos anos de enfrentamento da pandemia, além de outros conceitos e concepções da prática docente. Além disso, utilizamos pesquisa qualitativa, através de questionário aplicado virtualmente com os discentes. Para tanto, nos valem dos estudos de Pinto (2021), Silva *et all* (2021), Freire (1996), Miranda; Pereira (2015), dentre outros autores. Os resultados apontaram fortemente para questões ainda relacionadas à evasão e às desigualdades sociais, principalmente, a falta de condições de acesso às aulas remotas, mas que, com a utilização de recursos didático-digitais mais simples, foi possível uma melhor compreensão das atividades propostas e aprendizado do conteúdo.

Palavras-chave: TICs, Ensino remoto, Educação de Jovens e Adultos, Língua Portuguesa, Desigualdades sociais.

1 INTRODUÇÃO

Os anos de 2020 e 2021 foram os mais complicados para a educação brasileira desde a redemocratização da educação, após o declínio da ditadura militar. A pandemia da Covid-19, decretada mundialmente em março de 2020, obrigou as escolas públicas e privadas a fecharem às portas. A fim de evitar à disseminação do vírus, escolas e universidades paralisaram as aulas, e diante de tal cenário, o Conselho Nacional de Educação (CNE), através do Parecer nº 5/2020, reorganizou o calendário escolar e possibilitou aos sistemas de ensino adotar o formato de aulas não presenciais, ou seja, aulas remotas, ficando, no entanto, a cargo

¹ Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal da Paraíba, jailton.silva30@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL - (UFPB), fernanda.dinizfdf@gmail.com.

de cada sistema o estabelecimento de critérios para organização, formatação e execução das atividades remotas.

Todavia, para o novo momento histórico que o mundo estava vivendo, especialmente aqui, no Brasil, professores e estudantes tiveram que fazer uso de ferramentas tecnológicas até então pouco trabalhadas no contexto educacional. De repente, a sala de aula passou de presencial para sala virtual, onde alunos e professores passaram a se adaptar ao novo formato de aula, em meio às dificuldades em aprender a lidar com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), para oferecer o mínimo possível de qualidade ao ensino.

O presente artigo consiste, portanto, em apresentar as experiências no ensino remoto de língua portuguesa, usando as TIC no processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de Conde, em 2021. A tessitura deste trabalho se faz importante para os estudos no campo da educação por se tratar da EJA, visto que há poucos estudos que contemplam esta modalidade do ensino básico, sobretudo, quando se trata do uso de novas tecnologias como ferramentas metodológicas agregadas às experiências didáticas no ensino, ainda mais em tempos de isolamento social, devido à pandemia de Covid-19.

Com efeito, o uso das TIC tornou-se essencial para que os alunos não perdessem o ano letivo, sobretudo, quando estamos falando de alunos da EJA, uma vez que há, todos os anos, uma quantidade significativa de evasão, devido à falta de condições de permanência desse público no espaço escolar. Porém, as aulas remotas, mediadas pelo uso da *internet*, do celular, do computador, do *tablet* e da TV, fizeram com que muitos alunos assistissem e/ou participassem das aulas virtualmente, tendo de forma mais efetiva um contato maior de algo que antes lhes era estranho, mas que fez a diferença para evitar a desistência escolar.

Para execução deste artigo, realizamos uma pesquisa bibliográfica no tocante ao uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem, bem como sobre estudos que nos conduzissem às concepções e práticas de professores diante da nova realidade de ensino, vivido no ano de 2020, primeiro ano da pandemia de Sars-Cov-2. Além disso, fizemos também uma pesquisa acerca de conceitos e concepções sobre a prática docente na atualidade, assim como pesquisa de documentos/legislações oficiais, principalmente, no que se refere ao contexto da Educação de Jovens e Adultos. Somado a isso, consta na pesquisa desenvolvida um questionário semiestruturado, aplicado com os alunos participantes da EJA, no ano de 2021, de forma *on-line*, via *google forms*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Miranda e Pereira (2018, p. 293), “pensar a aula em qualquer etapa da educação básica ou em qualquer modalidade de ensino requer do professor ou da professora pensar nas especificidades do público a quem a aula se destina.” Portanto, na Educação de Jovens e Adultos, a formatação da aula não deve seguir o mesmo modelo da aula aplicada a crianças e adolescentes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, visto que é uma turma com grande pluralidade de cultura, de gênero, de idade, de convicções políticas, de religião, e, principalmente, de experiências e vivências diferentes uns dos outros, porque “os jovens e adultos que buscam a modalidade EJA primam pelo aprendizado para a conquista do direito à educação e qualificação para o mercado de trabalho” (PINTO, 2021, p. 3).

Nesse sentido, pensar no aluno da EJA é, antes de tudo, pensar em respeitar os saberes intrínsecos que cada um carrega consigo mesmo, como preconiza Freire (1996, p. 15), ao dizer que:

[...] pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

O discurso de Silva *et al* (2021, p. 4), inscrito nesta esteira do pensamento freiriano, reforça, dizendo que:

É primordial para prática docente que o educador considere que o educando possui saberes que foram construídos ao longo de sua vivência no mundo, considerando-o como sujeito social e ativo perante o espaço onde vive e na sociedade que participa.

Pensando nisso, se faz necessário que aula seja um momento de busca e autonomia, fazendo o educando construir-se sujeito social – ser agente ativo no lugar onde habita, cabendo também à escola, de modo geral, entender que:

A aula deve ser um espaço aberto e dialógico que promova o crescimento de todos em todas as dimensões do aprender, do fazer, do ser e do conviver. Ao mesmo tempo, a aula é um espaço que fornece explicações, dúvidas sobre os conhecimentos, questionamentos, relações e atitudes que permeiam a sociedade no seu contexto histórico e sociocultural (MIRANDA; PEREIRA, 2018, p. 285).

Somente assim, a aula da Educação de Jovens e Adultos fará uma real diferença na vida da sua clientela, colaborando para tornar este público seres “políticos” críticos e reflexivos das realidades sociais que os rodeiam.

2.1 O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação

Os anos de 2020 e 2021 ficaram marcados na história da educação como os anos em que a escola funcionou à distância, visto que:

Com as mudanças bruscas na forma de ensinar advindo principalmente da pandemia do coronavírus (2020), instituições públicas ou privadas encararam um novo desafio na prática pedagógica, o ensino remoto. E, em um curto espaço de tempo, tiveram que fazer uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), tendo que enxergar os dispositivos móveis não como ‘meros artefactos de entretenimento, meros utensílios para realizar tarefas, meras ferramentas didáticas’, mas como ‘instrumentos culturais do nosso tempo’ (AMANTE; FONTANA, 2017, p. 32, apud SILVA *et al*, 2021, p. 5).

É evidentemente que as dificuldades estavam sempre presentes, porque a maioria dos professores não estava preparada para lidar com as novas tecnologias adaptadas ao ensino, ou ainda devido ao fato que “grande parte dos profissionais e das práticas pedagógicas são resistentes às inovações técnicas, apesar do acesso e da possibilidade de utilização das novas ferramentas de ciência e tecnologia na educação” (PINTO, 2021, p. 6, grifo nosso).

No entanto, para muitos docentes, essa dificuldade de aprendizagem tecnológica se dá não somente pela resistência de alguns professores ao uso das novas tecnologias na escola, mas, sobretudo, pela relação direta da falta de capacitação dos profissionais por parte do poder público, uma vez que, se o mundo estava se modernizando no que tange ao uso da informática nas repartições públicas nas três últimas décadas, era imperativo, portanto, que a educação também acompanhasse essa transformação, tendo em vista que a educação é dever do Estado, e deve estar atrelada ao mundo do trabalho e das práticas sociais, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, no Artigo 1, § 2º: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” e no Artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno



desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, para um bom aproveitamento das TIC na escola, deve ficar claro a existência e efetivação de três ações: I) formação continuada aos profissionais no tocante ao conhecimento e uso das TIC em sala de aula; II) aparelhamento das escolas com computadores e/ou *tablets* de qualidade com acesso à internet; III) incentivo ao trabalho docente usando as TIC por meio da pedagogia de projetos, concedendo, se possível, premiação aos melhores trabalhos.

Nessa medida, “a aquisição e o acesso a dispositivos tecnológicos são condições necessárias para a inclusão digital, mas é necessária educação para que as informações obtidas sejam convertidas em conhecimento” (PINTO, 2001, p. 4), ou seja, não há melhora no desenvolvimento da educação se os próprios governantes não tomarem a iniciativa de investir de verdade na educação, pois enquanto ela for deixada em segundo plano na pasta de compromissos assumidos pelos gestores municipais, estaduais e federais, a educação nas escolas públicas não passará de uma falácia àqueles que mais necessitam dela, especialmente ao público da EJA que teve (e ainda tem) seus direitos negligenciados.

2.2 Perspectivas das Tecnologias da Informação e Comunicação no Contexto da EJA

O acesso à internet se apresenta cada vez mais imperativo a pessoas que habitam uma sociedade cuja informação e comunicação estão cada vez mais rápidas na divulgação do seu conteúdo. Todavia, no Brasil, ainda há muitas pessoas que não têm acesso à internet, bem como a muitos outros bens e serviços de comunicação. E a escola, por sua vez, que deveria oferecer oportunidades de conexão, pelo menos para seu público, está aquém da realidade cibernética.

De modo geral, no contexto escolar, os mais afetados são os alunos da EJA, especialmente os idosos, por não possuir habilidades com os celulares da modernidade, como é frisado por Silva (2020, p. 27):

De maneira geral, muitos alunos estão conectados à internet e fazem uso de redes sociais e aplicativos diversos. Entretanto, na EJA, devido às questões geracionais, não raramente encontramos justamente o oposto nas salas de aula: adultos e idosos que não usufruem das experiências mediadas pelo digital em rede, embora reconheçam a necessidade dessas tecnologias para potencializar a participação social em suas práticas cotidianas.



É preciso que haja um olhar especial sobre essa classe, visto que, como diz Pinto (2021, p. 4):

A utilização das novas ferramentas tecnológicas na educação permite não apenas aproximar as práticas sociais dos alunos, suas experiências e conhecimentos anteriores, mas também a oportunidade de desenvolver um modo de aprendizagem baseado na cooperação entre pares.

Ou seja, alunos que têm bastante habilidade com *smartphones* e *tablets* podem ajudar aos colegas idosos em como manusear tais aparelhos. Assim, aproximar o aluno da EJA ao uso das novas tecnologias é devolver-lhe a dignidade que foi negada, e nesse ponto

A inclusão social e a cidadania têm sido o caminho para o enfrentamento às desigualdades sociais e a luta dos movimentos sociais tem gerado conquistas importantes no sentido de tentar diminuir as distâncias que separam a maioria da população de seus direitos (OLIVEIRA, 2018, p. 98).

É, sobretudo, fazer com que ele seja usuário da língua na Era tecnológica, incluído, portanto, numa nova modalidade de aprendizagem digital, porque “não podemos ignorar a importância da inclusão digital na promoção de processos de ensino-aprendizagem mais colaborativos, críticos e que possam favorecer a participação dos estudantes da EJA (SILVA, 2020, p. 27), uma vez que “[...] os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) buscam nas escolas, os conhecimentos de que necessitam para se integrarem digital e socialmente na sociedade” (PINTO, 2021, p. 2).

Com efeito,

O uso de materiais didáticos no ensino escolar, deve ser sempre acompanhado de uma reflexão pedagógica quanto a sua verdadeira utilidade no processo de ensino e aprendizagem para que se alcance o objetivo proposto. Não se pode perder em teorias, mas também não se deve utilizar qualquer recurso didático por si só sem objetivos claros”. (SOUZA, 2007, p.113, apud MIRANDA; PEREIRA, 2018, p. 317).

Nesse sentido, não basta colocar o aluno diante de um computador ou *tablet* e não mostrar-lhe como pode ser usado para auxiliar no seu aprendizado. O ideal é que no planejamento do professor haja aulas previstas durante todo ano para trabalhar algumas ferramentas das TICs em sala de aula ou laboratório de informática.

De acordo com Miranda e Pereira (2018, p. 315):



As escolhas para uso de um determinado material em sala de aula estão diretamente relacionadas às especificidades dos conhecimentos/conteúdos a serem trabalhados, estando, pois, vinculadas aos propósitos educacionais, aos objetivos curriculares e às características e necessidades de aprendizagens dos alunos ou de cada grupo de alunos (grifo nosso).

Desse modo, podemos, por exemplo, numa determinada aula (devidamente planejada) levar os alunos para um ambiente virtual de aprendizagem, e ensiná-los, através de simulação, o preenchimento de um cadastro de vaga de emprego por meio de formulário *on-line* criado pelo próprio professor, ou como fazer a elaboração de um curriculum vitae, e ainda como procurar vaga de emprego pela internet etc. Essa didática pode ser usada tanto para computadores quanto para *tablets* e *smartphones*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados aqui apresentados foram coletados em novembro de 2021, e representam um panorama das aulas remotas e a utilização das TICs nas aulas a distância. Na coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado com 10 questões, o qual foi respondido pelos alunos via *google forms*, para aqueles que possuíam acesso à internet e impresso para aqueles que não dispunham de conexão cibernética.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa foi realizada em três turmas do segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Noêmia Alves de Souza, situada na cidade de Conde-PB, a qual faz parte da região metropolitana de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Participaram da pesquisa (duas) turmas do ciclo IV, divididas em A e B e uma turma única do ciclo III. Cada turma possui consideráveis números de matrículas, sendo o ciclo IV-A com 43 matriculados; ciclo IV-B com 38 matriculados e ciclo III com 35 matriculados, com alunos de idade entre 16 e 60 anos. As turmas correspondentes ao primeiro segmento não participaram da pesquisa, visto que o foco se concentrou apenas nos anos finais. Todos os alunos e alunas foram devidamente orientados sobre a importância de participação da pesquisa, sendo-lhes entregue, também *on-line*, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que garante o sigilo da participação das informações por eles prestadas à pesquisa.

3.2 Análise dos dados

Para ilustrar os dados obtidos na pesquisa, utilizaremos um quadro, devidamente enumerado e intitulado de acordo com cada pergunta realizada no questionário. O quantitativo das respostas não levou em consideração a separação por turmas, apenas o enquadramento das respostas em 3 três categorias: os que utilizaram sempre a internet e suas tecnologias; os que não utilizaram em nenhum momento e os que fizeram uso esporádico da internet e suas tecnologias.

Do total de 116 alunos matriculados nas 3 (três) turmas, participaram da pesquisa apenas 48 alunos. Outros não quiseram participar por razões individuais, o que certamente foi respeitado pelos pesquisadores. Os quadros, a seguir, trazem alguns dados interessantes. Do total de 10 perguntas do questionário, selecionamos para análise e discussão 4 (quatro) delas feitas aos participantes. Vejamos, portanto, cada um deles.

Quadro 1: Você fez uso de algum aparelho (*celular, tablet, notebook, computador,*), para auxiliá-lo na sua residência em seus estudos durante a pandemia de Covid-19?

Sim, em todas às vezes	16
Nenhuma vez	25
Algumas vezes	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Como foi apontado acima, dos 48 participantes, 25 não tiveram acesso a aparelhos de conexão com a internet. Isso implica dizer que esse número refletiu muito nos resultados, pois no que concerne ao uso das TICs, se esse grupo não teve acesso ao conteúdo ministrado por meio das videoaulas, vídeo chamadas ou pelos aplicativos de vídeo gravação, significa dizer que foram estes, os alunos que responderam o questionário de forma impressa. Através desse número de participantes que não puderam acessar o *google* formulário, podemos perceber que esse é um dado preocupante, uma vez que, do total de participantes, mais da metade não possui aparelho que possa se conectar à rede mundial de computadores para ter acesso à informação.

Vale salientar que, apenas 16 participantes disseram acessar as aulas por algum aparelho conectado à internet, estes representam o total de alunos que possuem acesso à internet, referentes às três turmas. É ainda uma quantidade muito pouca de alunos de EJA que tem condições de adquirir bens e serviços para usos educacionais.



Na perspectiva de Oliveira (2018, p. 105):

A escola se apresenta como um espaço diretamente alcançados por novas demandas e reivindicações de direito e respeito. Muitas destas têm sido direcionadas especialmente ao campo da educação por ser este o espaço de socialização mais propício a gerar mudanças sociais e culturais que permitem a construção de uma sociedade mais igualitária.

Concordamos com Oliveira em seu argumento em defesa da escola como espaço divulgação de demandas sociais. No entanto, a pandemia descortinou um problema que há muito tempo a educação vem enfrentando, mas que não é dado a devida importância, que é a falta de condições de acesso que os alunos da rede pública de ensino não têm, sendo o mais impactado o aluno e aluna de EJA. Vejamos outro quadro.

Quadro 2: O uso do aparelho o ajudou realmente nas atividades enviadas pelos professores?

Sim, em todas às vezes	21
Nenhuma vez	25
Algumas vezes	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Olhando para os dados do quadro 2, gostaríamos de chamar a atenção para uma observação na segunda variável, em que 25 alunos assinalaram “*nenhuma vez*” no tocante ao aparelho ter ou não ajudado nas atividades *on-line*. Isso mostra mais uma vez o quanto há alunos da Educação de Jovens e Adultos que não possuem sequer condições de adquirir aparelho que possa vir a ser utilizado nas aulas remotas. Não é possível querer que um aluno de EJA tenha condições de acompanhar um ensino remoto se não lhe foi dada a devida condição de acesso, e, nesse sentido, podemos dizer que a aprendizagem dos alunos durante os anos mais complicados foi uma questão puramente meritocrática, como reflete Oliveira (2018, p. 103), ao dizer que “[...] a meritocracia pressupõe que todas as pessoas têm iguais condições de acesso à educação, trabalho ou qualquer outro direito e que o alcance dos objetivos almejados se dá pelo esforço individual.” Contudo, não podemos igualar a dinâmica do ensino na EJA com outros segmentos, pois todos têm um dinamismo singular na aprendizagem.

Já, no tocante aos alunos que tiveram condições de acesso aos conteúdos de língua portuguesa, ministrados de forma remota, nem todos puderam assistir às aulas pelas plataformas de *streaming* e vídeo chamadas, devido a pouca quantidade de dados móveis ou

indisponibilidade de *wi-fi*. Isso nos fez, portanto, criar outras estratégias como, por exemplo, fazer uso de gravação de vídeo pelo celular através do aplicativo *WhatsApp*, bem como por outros aplicativos de gravação de vídeo, baixados com a finalidade de realizar gravações em várias etapas, especificamente para solucionar a dúvida do aluno ou aluna em particular, pois segundo o relato dos próprios discentes, através dos dados móveis eles não poderiam assistir às aulas *on-line*, nem tampouco as aulas gravadas. Vejamos o quadro, a seguir.

Quadro 3: Os professores utilizavam plataformas virtuais diferenciadas para explicar o assunto, tais como: *Google Meet, Zoom, YouTube, WhatsApp, etc?*

Sim, em todas às vezes	12
Nenhuma vez	25
Algumas vezes	11

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro deste contexto de fechamento das salas de aula as plataformas virtuais foram as ferramentas que possibilitaram ampliar mais a oportunidade dos alunos interagirem uns com os outros, bem como com os próprios professores em tempo real.

Para Pinto (2021, p. 1), “A proliferação de ferramentas digitais tem grande potencial para promover o acesso generalizado a condições de maior participação social, política e econômica.” Nesse sentido, podemos dizer que a concessão de acesso às plataformas, proporcionada pelas grandes empresas de internet aos Estados e Municípios, através de acordos para que alunos e professores tivessem acesso a essas plataformas, fez com que as aulas tivessem mais qualidade na aprendizagem, pois tanto forneceu mais conhecimento tecnológico educacional ao aluno, visando o aprendizado por meio de outras metodologias digitais, quanto do ponto de vista de manutenção do contato aluno-professor, para que se evitasse uma total evasão.

Quadro 4: Em alguma das aulas, em especial, na de língua portuguesa, o professor fez uso de alguma ferramenta que contribuiu para facilitar o seu aprendizado?

Sim, em todas às vezes	48
Nenhuma vez	0
Algumas vezes	0

Fonte: Dados da pesquisa.



Neste último quadro, é possível perceber que os alunos são unânimes à resposta, no tocante à disciplina de português, sobre a utilização de novas tecnologias para a execução das aulas. Cabe destacar que, em 2020, no primeiro ano da pandemia de Covid-19, as aulas no Município de Conde não funcionaram por meio de plataformas virtuais, pois o ensino se restringiu a apenas à produção e entrega de apostilas para que os alunos respondessem em casa. O município (e quiçá, todo o Brasil), não estava preparado para o que estava enfrentando. Inclusive achava-se que seria apenas um surto e que seria passageiro.

Com efeito, nas aulas de língua portuguesa, a utilização das ferramentas tecnológicas como *WhatsApp*, *Google Meet*, *YouTube*, *Google Forms* e *V Recorder* puderam fazer a diferença na aprendizagem dos 48 alunos participantes da pesquisa. É claro que nem todos os professores fizeram uso de ferramentas tecnológicas, seja por omissão ou falta de conhecimento. Contudo, como reflete Pinto (2021, p. 7), “A atualização do profissional deve estar pautada pela leitura, escrita, além da incansável reflexão sobre a prática pedagógica em si e sobre os objetivos que se pretenda alcançar no ensino [...]”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que aqui foi exposto, percebemos que a Pandemia de Covid-19 expôs uma questão bastante delicada quando se fala na modalidade da EJA, pois é um público ainda esquecido por parte do poder público, se comparado ao ensino infantil e fundamental I e II.

O estudo ainda notou a existência das dificuldades da maioria dos professores em lidar com as novas tecnologias adaptadas ao ensino, seja pela resistência ao “novo” ou desconhecimento das ferramentas que poderiam ser usadas para melhorar o aprendizado dos alunos nas aulas.

Através da partilha das experiências da aula de português no sistema remoto ficou claro o quanto o uso da internet é essencial para a execução das aulas e das ferramentas tecnológicas, bem como a utilização de *smartphone*, *tablet* ou computador.

No entanto, muitos alunos não puderam acompanhar as aulas, pois a falta desses instrumentos os impossibilitou de assistir às aulas, restando, para eles realizar as atividades por meio de material impresso, mas que não teve o mesmo impacto de aprendizagem como tiveram os discentes que participaram das aulas virtuais, o que nos faz concluir que ainda falta investimento para solucionar situações como esta, assim como um olhar mais atento, principalmente, com os idosos, que foram (e ainda são) os mais necessitados da atenção do poder público.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Brasília: MEC/CNE, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº9. 394, de 24 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MIRANDA, Joseval dos Reis; PEREIRA, Maria Susley. **Utilização de material didático-pedagógico na Educação de Jovens e Adultos**. In: EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes / Renata Monteiro Garcia, Marluce Pereira da Silva (organização). João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, p. 313-321.

_____. **A AULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: tecendo reflexões**. In: EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes / Renata Monteiro Garcia, Marluce Pereira da Silva (organização). João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, p. 279-296.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. **DESIGUALDADE SOCIAL: obstáculos para o exercício da cidadania**. In: EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes / Renata Monteiro Garcia, Marluce Pereira da Silva (organização). João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, p. 97-107.

PINTO, Maria José Barbosa. **O uso das novas tecnologias digitais na Educação de Jovens e Adultos: entre contribuições e desafios**. In: VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2021.

SILVA, Thamylis Júlia Neves da. *et al.* **Educação de Jovens e Adultos: concepções e práticas de professores(as) da EJA e o desafio do ensino remoto**. In: VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2021.

SILVA, Renata Borges Leal da; JÚNIOR, Dilton Ribeiro Couto. Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v. 4, n.1. p. 24-40, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/46818>. Acesso em: 07 jun. 2022.